

Por Antonio Penteado Mendonça



No final de 2017 o setor de seguros acumulava reservas de 1,2 trilhões de reais, ou mais ou menos 400 bilhões de dólares. É número para ninguém colocar defeito, maior do que o PIB de vários países e uma massa de recursos importante à disposição do Governo brasileiro, principalmente para custear investimentos em infraestrutura, normalmente com retorno de longo prazo. Nos países desenvolvidos os recursos gerados pelo setor de seguros são regularmente utilizados para bancar projetos de maturação lenta, que necessitam grandes somas de recursos e que não têm, pelas próprias características, alta rentabilidade.

Como as reservas das seguradoras são mais ou menos constantes, é possível utilizá-las sem comprometer o fluxo da companhia, permitindo que ela honre seus compromissos e invista diretamente em atividades previamente definidas pelo Governo ou, alternativamente, aplique parte significativa destes recursos em títulos públicos que irão financiar os investimentos desta natureza. É a forma mais barata de captação, até porque nos programas de longo prazo, como os seguros de vida e os planos de previdência complementar, a remuneração ao longo dos anos é relativamente baixa. Isso permite ao Governo dispor dos recursos sem prejudicar a companhia ou o segurado, numa soma vencedora, onde todos os envolvidos saem satisfeitos e a nação pode investir no seu desenvolvimento, pela implementação dos projetos custeados pelas reservas das seguradoras.

Atualmente, com 1,2 trilhões de reais em reservas, o setor é um dos principais geradores de recursos de longo prazo do país. Graças ao crescimento destas reservas ao longo dos últimos 20 anos, o Brasil adquiriu importante massa de poupança, com a qual tem todas as condições de fazer novos investimentos estratégicos para o desenvolvimento nacional sem necessidade de captar recursos no exterior, a um custo invariavelmente mais elevado. Este cenário dá ao setor de seguros um protagonismo ao qual ele não estava habituado, até porque é a primeira vez que o patinho feio da economia se descobre o cisne da lagoa.

Tradicionalmente, o setor de seguros foi visto pelas autoridades da área econômica como um parceiro de segunda classe. Um setor que existe, que é relevante, mas sem peso expressivo na economia ou na formulação das políticas públicas. Com reservas de 1,2 trilhões de reais essa situação mudou, e mudou radicalmente. Não há como não levar a sério um setor que dispõe de recursos desta magnitude e que, ainda por cima, na atividade básica, é responsável pela proteção da sociedade, através da recomposição dos patrimônios e capacidades de atuação afetados por eventos que os danificam ou geram prejuízos.

Nos próximos 5 anos o setor de seguros deve experimentar um crescimento acelerado, capaz de dobrar o tamanho de seu faturamento, ou seja, capaz de aumentar em muito a ordem de grandeza de suas reservas. É um cenário importante para o setor, mas mais importante ainda para o país. Com reservas ainda mais expressivas à sua disposição, o Governo terá condições de planejar e investir com mais segurança, aumentando a rapidez de implementação dos projetos e barateando

seu preço final. Isso cria uma espiral virtuosa, que, à medida que gira, aumenta a capacidade de investir, permanentemente realimentando o processo, que se reinicia e se reinicia, interminavelmente, gerando riqueza e bem-estar para a população.

O mais interessante é que se trata de um processo irreversível, grosso modo, protegido das crises que de tempos em tempos afetam a vida da nação. As crises podem levar ao retardamento da criação de novas reservas, mas as já constituídas dificilmente serão sacadas, permitindo que os projetos em andamento sejam concluídos, o que leva a minoração da crise a retomada do crescimento. Em outras palavras, o setor de seguros passa a ser um dos pilares do desenvolvimento social brasileiro. Com suas duas atividades, a primeira garantindo o funcionamento da sociedade e a segunda gerando os recursos indispensáveis para financiar seu desenvolvimento, ele é uma peça fundamental na equação que levará o Brasil a outro patamar de desenvolvimento social.

Fonte: SindsegSP, em 23.03.2018.